

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DE  
VICUNHA NORDESTE S.A. - INDÚSTRIA TÊXTIL**

Pelo presente instrumento particular,

**VICUNHA NORDESTE S.A. - INDÚSTRIA TÊXTIL**, com sede no Estado do Ceará, na Cidade de Fortaleza, à Av. Sargento Hermínio, 2965, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob n.º 07.332.190/0001-93 (doravante denominada “EMISSIONORA”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social; e

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede no Estado do Rio de Janeiro, cidade do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas, nº 3.333, 3º andar – Grupo 307/8/9, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de debenturistas (doravante simplesmente denominados “DEBENTURISTAS”), adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão (doravante simplesmente denominado “AGENTE FIDUCIÁRIO”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

vêm por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, em Série Única da EMISSIONORA” (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária (“AGE”) da EMISSIONORA, realizada em 06 de setembro de 2000.

Nos termos do § 1º do Art. 59 da Lei 6.404/76, a AGE delegou ao Conselho de Administração os poderes previstos nos incisos VI a VIII de referido artigo 59, incluindo poderes para deliberar e proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, para decidir acerca da oportunidade da emissão, da época, das condições de vencimento, amortização e resgate das Debêntures, bem como sobre a época e condições do pagamento de juros, ágio ou deságio e prêmio, se houver, e, ainda, para propor, em nome da EMISSIONORA, à assembléia de debenturistas, as alterações que julgar

necessárias com relação a esta Escritura.

## **CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

A emissão das debêntures (doravante designadas individualmente por “Debênture” e coletivamente por “Debêntures”) será realizada com observância dos requisitos a seguir consignados.

### **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

A presente emissão de Debêntures será registrada junto à CVM – Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada “CVM”) na forma das Leis nºs 6.385/76, 6.404/76, 9.457/97, das Instruções da CVM nºs 13/80 e 202/93 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **2.2. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**

A ata da AGE de 06 de setembro de 2000, que deliberou sobre a emissão das Debêntures, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC em 18 de setembro de 2000, sob o no. 23354,381 e será publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais “O Povo”, edição de Fortaleza e “Gazeta Mercantil”, edição regional de São Paulo.

### **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

Esta Escritura será registrada no Terceiro Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fortaleza, na sede da EMISSORA.

## **CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Objeto Social e Destinação dos Recursos**

#### **3.1.1. A EMISSORA tem por objeto social:**

- (i) a industrialização e a comercialização de fibras naturais, artificiais e sintéticas;
- (ii) a indústria, o comércio, a importação e exportação de substâncias de origem animal, vegetal ou mineral, em bruto e acabadas, fios e tecidos de fibras têxteis, combinados ou não com outras substâncias naturais ou

sintéticas, artigos e complementos de vestuários de qualquer tipo e finalidade, inclusive para fins hospitalares, industriais e desportivos, bem como roupa de cama e mesa;

(iii) os serviços industriais de acabamento, estampagem, fixação, lavanderia, engomagem, pinçagem e tingimento de fios e tecidos.

**3.1.2.** Os recursos desta emissão serão utilizados pela EMISSORA para custear suas atividades e alongar o perfil do seu endividamento.

### **3.2. Número da Emissão**

Esta Escritura constitui a 4ª Emissão de Debêntures da EMISSORA.

### **3.3. Colocação e Procedimento**

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para negociação em mercado de balcão organizado, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80 e Parecer de Orientação CVM No. 09/81, no que couber, sendo, portanto, atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

### **3.4. Negociação**

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

### **3.5. Certificados de Debêntures**

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, servindo como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato em nome do debenturista, emitido pela Instituição Financeira Depositária das Debêntures escriturais, contratada pela EMISSORA.

## **CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES**

#### **4.1. Das Características e Condições Básicas**

4.1.1. Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (hum mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures.

4.1.4. Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em série única.

4.1.5. Data de Emissão: Para qualquer efeito legal, a data de emissão das Debêntures será o dia 02 de outubro de 2000.

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses, vencendo-se, portanto, em 02 de outubro de 2003.

4.1.7. Tipo e Forma: As Debêntures serão do tipo simples, não conversíveis em ação e da forma nominativa e escritural.

4.1.8. Espécie: As Debêntures serão sem garantia, e sem preferência.

#### **4.2. Preço de Subscrição e Integralização**

O preço de subscrição das Debêntures no mercado primário será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração definida no item 4.3. desta Cláusula, acumulada desde a Data de Emissão até a Data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

#### **4.3. Remuneração**

4.3.1 As Debêntures serão remuneradas com base em taxa de juros flutuante, referenciada na taxa de juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – Extra Grupo (Taxas DI), expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescida de um *spread* expresso em 1% (um por cento) ao ano, base 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, a partir de 02/10/2000 e pagos ao final de cada Período de Capitalização, calculados de forma *pro rata temporis* de acordo com a fórmula abaixo, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do respectivo Período de Capitalização.

#### 4.3.2 Fórmula de Remuneração

A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left[ \prod_{i=1}^f (Fli) \right] \times (S) \right\} - 1$$

onde:

**J** = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização;

**VN** = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início de cada Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^f$  = produtório dos  $i$  termos  $Fl$  referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com  $i$  variando de 1 até  $f$ .

**f** = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização.

**$Fl_i$**  = fatores de remuneração, verificados nos  $f$  dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$Fl_i = \left[ \left( \frac{CDI \text{ CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right] ; \text{ onde:}$$

**CDI CETIP** = taxa média diária de depósitos interfinanceiros - DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

**$dj$**  = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

**S** = fator de spread de 1% (um por cento) ao ano, base 360 dias, calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[ (1,01)^{\frac{dc}{360}} \right]; \text{ onde:}$$

$dc$  = número de dias corridos do Período de Capitalização;

Define-se:

a) Período de Capitalização – intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do último pagamento da Remuneração, inclusive, no caso dos Períodos de Capitalização subsequentes, e termina na data de pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente a cada Período de Capitalização será devida semestralmente, a contar da Data de Emissão.

#### 4.3.3. Apuração da Taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo

Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses:

- A utilização da Taxa de Depósitos Interfinanceiros extra-grupo, de um dia, deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- Na indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo não superior a 5 dias úteis, será utilizado automaticamente em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos DEBENTURISTAS, quanto por parte da EMISSORA;
- A indisponibilidade temporária da Taxa de Depósitos Interfinanceiros por prazo superior a 5 dias úteis exigirá a realização de Assembléia Geral de DEBENTURISTAS, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação a remuneração das Debêntures, e ainda, de acordo com os procedimentos abaixo estipulados, e
- Na extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Depósitos Interfinanceiros às Debêntures, será utilizado a taxa ou índice que vier a ser estabelecido em sua substituição. Na hipótese de não ser criada nenhuma taxa/índice, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará os Debenturistas para,

reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, deliberarem, em conjunto com a Emissora, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado às Debêntures, observadas as normas regulamentares aplicáveis, sendo facultado à Emissora, caso discorde da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate o critério de remuneração deliberado pela referida Assembléia Geral de Debenturistas, exceto com relação às Debêntures que vierem a ser resgatadas em um prazo de até 60 (sessenta) dias seguintes à data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas, para as quais prevalecerá, se assim preferir a Emissora, a mesma taxa vigente no período imediatamente anterior.

#### **4.4. Das Condições de Pagamento**

4.4.1. Pagamento da Remuneração: A Remuneração será devida e paga semestralmente, nas datas estabelecidas no quadro abaixo:

<b>Parcela da Remuneração</b>	<b>Data</b>
1ª	02/04/2001
2ª	02/10/2001
3ª	02/04/2002
4ª	02/10/2002
5ª	02/04/2003
6ª	02/10/2003

4.4.2. Local de Pagamento: Os pagamentos devidos em decorrência da emissão das Debêntures serão efetuados por intermédio da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou do Banco Itaú S.A. - Banco Mandatário para os DEBENTURISTAS não vinculados àquele sistema.

4.4.3. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos DEBENTURISTAS, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo e na Capital do Estado do Ceará, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.4.4. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos DEBENTURISTAS, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento), além dos juros

remuneratórios, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, sobre o montante devido, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.4.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item 4.4.4. acima, o não comparecimento do DEBENTURISTA para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração pelo período relativo ao atraso correspondente ao período em que não compareceram para recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### **4.5. Das Comunicações**

4.5.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos DEBENTURISTAS, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no jornal “O Povo”, edição de Fortaleza, e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, sempre com a antecedência mínima de 10 dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

4.5.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

##### Para a EMISSORA:

VICUNHA NORDESTE S.A. - INDÚSTRIA TÊXTIL  
Endereço: Av. Sargento Hermínio, 2965 – Fortaleza – CE  
Att. Sr. Pedro Felipe Borges Neto  
Telefone: 0(xx)85 297-2627  
Fax: 0(xx)85 299-1631

##### Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Endereço: Avenida das Américas, nº 3.333, 3º andar – Grupo 307/8/9  
Att. Maurício da Costa Ribeiro  
Telefone: 0(xx)21 325-5059 (a partir de novembro de 2000, passará para: 0(xx)21 3325-5059)  
Fax: 0(xx)21 325-5969 (a partir de novembro de 2000, passará para: 0(xx)21 3325-5969)



As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem, com “aviso de recebimento”.

## **CLÁUSULA V - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA**

.Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a EMISSORA obriga-se a:

5.1. Notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios em geral da EMISSORA ou de qualquer de suas controladas que:

- (a) possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento pela EMISSORA de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, especialmente no tocante ao item 8.1., alíneas “d” e “g”; ou
- (b) faça com que as demonstrações financeiras ou as informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA.

5.2. Não conceder e nem permitir que suas controladas concedam novos mútuos financeiros, qualquer tipo de empréstimo, financiamento ou prestem novas garantias à Textília, ou qualquer uma das controladas ou subsidiárias da Textília, ou ainda, sociedades vinculadas aos acionistas pessoas físicas ou jurídicas da controladora Textília. Não se aplica a presente restrição aos contratos financeiros ou qualquer tipo de empréstimo, financiamento ou garantia firmados entre a EMISSORA e suas respectivas coligadas e controladas.

## **CLÁUSULA VI - DA COMPRA DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**

### **6.1. Aquisição Facultativa das Debêntures pela Emissora**

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal não amortizado, acrescido da remuneração, calculada conforme item 4.3. acima, observado o

disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

## **6.2. Resgate Antecipado Facultativo**

6.2.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, após 7 (sete) meses contados da Data de Emissão, e mediante aviso prévio de 10 (dez) dias úteis aos DEBENTURISTAS, conforme os procedimentos estipulados no item 4.5.1 acima, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, até a data do efetivo resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido (i) do prêmio de reembolso de 0,30%(três décimos por cento), calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, e (ii) da Remuneração calculada conforme item 4.3 acima, *pro rata temporis*. As Debêntures, que vierem a ser resgatadas, deverão ser obrigatoriamente canceladas

6.2.2. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado com a presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado mediante publicação, conforme item 4.5.1 acima.

## **6.3. Repactuação**

6.3.1. Estabelece que as Debêntures terão Repactuação anual, a contar da data de emissão. O "1º período de vigência" da remuneração será de um ano, ou seja, de 02/10/2.000 a 02/10/2.001, ao final do qual será decidido pelo Conselho de Administração da EMISSORA o novo prazo e as novas condições de Remuneração das Debêntures.

6.3.2. As condições de Repactuação das Debêntures serão comunicadas aos respectivos DEBENTURISTAS pela EMISSORA, por meio de aviso publicado ( "Aviso aos Debenturistas"), em até 10 (dez) dias úteis antes da data de encerramento de cada "período de vigência", conforme o disposto no item 4.5.1 desta Escritura de Emissão, do qual deverá constar:

- (a) O prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo o prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- (b) A nova condição de Remuneração a vigor durante o Período de Vigência da Remuneração;
- (c) As datas de vencimento e pagamento de Remuneração; e
- (d) Demais alterações deliberadas e aprovadas, em conformidade com a Cláusula I desta Escritura.

6.3.3. Os DEBENTURISTAS que não aceitarem as Condições de Repactuação terão prazo improrrogável e decadencial de 5 (cinco) dias contados da data da publicação do Aviso aos Debenturistas, para manifestar, por intermédio da CETIP, ou diretamente à EMISSORA, para aqueles não vinculados à CETIP, a opção de vender, na Data de Repactuação, suas Debêntures à EMISSORA (as “Debêntures Não Repactuadas”). A manifestação de vontade dos Debenturistas em relação às Condições de Repactuação será irrevogável e irretratável e prevalecerá ainda que as Debêntures venham a ser transferidas a quaisquer terceiros posteriormente à referida manifestação. A não manifestação de discordância dos Debenturistas com as Condições de Repactuação, implicará, para todos os fins e efeitos de direito, na aceitação incondicional, pelos mesmos, das Condições de Repactuação.

6.3.4. A EMISSORA obriga-se a adquirir, na Data de Repactuação das Debêntures, a totalidade das Debêntures Não Repactuadas, pelo valor nominal unitário de cada Debênture acrescido da Remuneração, calculada pro-rata-temporis.

6.3.5. As Debêntures Não Repactuadas adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, após a Data de Repactuação.

6.3.6. Os pagamentos aos Debenturistas, nas Datas de Repactuação, serão efetuados na forma definida no item 4.4 acima.

6.3.7. As demais datas de Repactuação das Debêntures, serão definidas pelo Conselho de Administração da EMISSORA (as “Datas de Repactuação” e, no singular, a “Data de Repactuação”).

## **CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**7.1.** A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

- a) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos DEBENTURISTAS, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- b) manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente seguros;
- c) não realizar operações fora de seu objeto social;
- d) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93;

- e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- f) proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeiras anuais;
- g) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei e conforme o estabelecido pelo estatuto social da EMISSORA, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento da taxa de remuneração e principal das Debêntures ou resgates objeto desta Escritura.
- h) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
  - dentro de no máximo de 15 (quinze) dias após o término de cada mês, relatório informando o cumprimento das obrigações elencadas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, e “j” do item 9.4 abaixo, sendo que estes relatórios serão auditados trimestralmente, a cada trimestre civil;
  - dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social;
  - dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas a esse período;
  - imediatamente, qualquer informação relacionada com a emissão que lhe venha a ser solicitada;
  - cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93; e
  - na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.5.1 acima.

## **CLÁUSULA VIII – DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

**8.1.** O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencida todas as obrigações e exigir da Emissora o imediato pagamento do valor nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios, até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

(a) não pagamento do principal ou da Remuneração devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento;

(b) liquidação ou decretação de falência ou concordata da EMISSORA ou de suas controladas;

(c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, as quais, com exceção dos eventos dispostos nas demais alíneas desta cláusula 8.1, não tenham sido sanadas em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(d) caso a Emissora, ou qualquer de suas controladas ou subsidiárias, deixe de pagar qualquer dívida ou cumprir qualquer obrigação a que esteja obrigada, como e quando tal dívida ou obrigação vença, observado qualquer período de carência aplicável, ou ainda deixe de cumprir ou observar qualquer pacto ou avença que caiba a qualquer delas observar, em valor igual ou superior a R\$ 10 milhões, desde que a situação não regularizada em um período máximo de 30 dias, a contar do inadimplemento;

(e) durante o prazo de vigência das Debêntures, a EMISSORA promover distribuição de dividendos além dos dividendos mínimos previstos em seu Estatuto Social;

(f) caso não seja, direta ou indiretamente, mantido o controle da empresa pelos atuais acionistas do bloco de controle;

(g) caso a Emissora ou suas controladas concedam novos mútuos financeiros, qualquer tipo de empréstimo, financiamento ou prestem novas garantias à Textília, ou qualquer uma das controladas ou subsidiárias da Textília, ou ainda, sociedades vinculadas aos acionistas pessoas físicas ou jurídicas da controladora Textília. Não se aplica a presente restrição aos contratos financeiros ou qualquer tipo de empréstimo, financiamento ou garantia firmados entre a EMISSORA e suas respectivas coligadas e controladas; e

(h) na hipótese de não publicação das condições da Repactuação, nos termos do item 6.3.2. desta Escritura.

As condições constantes desta Cláusula VIII não implicarão o vencimento antecipado das Debêntures se forem objeto de prévia apreciação e aprovação, em Assembléia, por Debenturistas que detenham no mínimo 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação, especialmente convocados pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

## **CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **9.1. Nomeação**

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura, PENTÁGONO S.A. DTVM, qualificado no preâmbulo desta Escritura, para representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

### **9.2. Declaração**

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos DEBENTURISTAS, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei no. 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- e) estar ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

### **9.3. Substituição**

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de DEBENTURISTAS para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por DEBENTURISTAS que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer

as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos DEBENTURISTAS, pedindo sua substituição;

- b) É facultado aos DEBENTURISTAS, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;
- c) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores;
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo o mesmo ser averbado nos Registros de Imóveis nos quais será registrada a presente Escritura;
- e) O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição;
- f) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

#### **9.4. Deveres**

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos DEBENTURISTAS, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os DEBENTURISTAS acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) verificar, quando aplicável, a regularidade da constituição da garantia real e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- i) intimar a companhia, quando aplicável, a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- l) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de DEBENTURISTAS mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes desta Escritura;
- m) comparecer à Assembléia Geral de DEBENTURISTAS a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- n) elaborar relatório destinado aos DEBENTURISTAS, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - n.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
  - n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;



- n.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
  - n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - n.5) resgate, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
  - n.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
  - n.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
  - n.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração, quando for o caso;
  - n.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
  - n.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.
  - n.11) declaração, quando for o caso, acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão.
- o) colocar o relatório de que trata o inciso "n" acima à disposição dos DEBENTURISTAS no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- o.1) na sede da EMISSORA;
  - o.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
  - o.3) na CVM;
  - o.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
  - o.5) na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.
- p) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos DEBENTURISTAS que o

relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item "o";

- q) manter atualizada a relação dos DEBENTURISTAS e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, e à ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto;
- r) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;
- s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- t) notificar os DEBENTURISTAS, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores, quando for o caso.

## **9.5. Atribuições Específicas**

9.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos DEBENTURISTAS e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos DEBENTURISTAS;
- c) executar as garantias dadas em caso de falência ou concordata da EMISSORA, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos DEBENTURISTAS;
- d) requerer a falência da EMISSORA; e
- e) representar os DEBENTURISTAS em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

9.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de DEBENTURISTAS, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das

Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (e) do *caput* deste item.

## **9.6. Remuneração**

9.6.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) Parcelas anuais de R\$8.000 (oito mil reais), devida a primeira na data da assinatura da presente Escritura de Emissão;
- b) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA (ou pelo Avalista/Fiador, se houver);
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas “*pro-rata*” dia se necessário;
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;
- e) No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais

decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

9.6.2. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

9.6.3. As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **9.7. Despesas**

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos DEBENTURISTAS, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o disposto na alínea “e” do item 10.6.1.; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos DEBENTURISTAS.

9.7.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos DEBENTURISTAS, que não tenham sido saldados na forma deste item 9.7., será acrescido à dívida da EMISSORA, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos DEBENTURISTAS em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

## **CLÁUSULA X - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DE DEBENTURISTAS**

À Assembléia Geral de DEBENTURISTAS aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por DEBENTURISTAS que detenham, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de suas coligadas e controladas.

### **10.1. Convocação**

A assembléia de DEBENTURISTAS pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, ou por DEBENTURISTAS que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

### **10.2. Quorum de Instalação**

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de DEBENTURISTAS que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

### **10.3. Mesa Diretora**

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

### **10.4. Quorum de Deliberação**

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da aprovação de alteração nas condições das Debêntures, que será tomada mediante prévia apreciação e aprovação, em Assembléia, por Debenturistas que detenham no mínimo 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação.

## **CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

**11.1.** O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível contra este de acordo com os seus termos e condições.

**11.2.** A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) o Prospecto contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas,

sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas em boa fé, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

- (e) a celebração desta Escritura, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) a EMISSORA tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 30 de setembro de 2000, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e
- (i) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

## **CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **12.1. Renúncia**

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos DEBENTURISTAS em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### **12.2. Foro**

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2000.



## EMISSION

---

Nome  
RG

---

Nome  
RG

## AGENTE FIDUCIÁRIO

---

Nome  
RG

---

Nome  
RG

## TESTEMUNHAS:

---

Nome  
RG  
CPF

---

Nome  
RG  
CPF